



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

30/05/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo promete R\$ 10 mi por semestre a parlamentar pró-reforma, dizem deputados

O governo Jair Bolsonaro fez uma nova proposta de direcionamento de verbas do Orçamento em troca de apoio à reforma da Previdência, afirmam deputados.

Segundo membros de partidos do centrão a oferta agora é de R\$ 10 milhões extras por semestre, para cada deputado fiel, totalizando um acréscimo de R\$ 40 milhões até 2020 na verba que os congressistas podem manejar no Orçamento.

Segundo deputados e líderes ouvidos em condição de anonimato, nesta semana o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil) iniciou uma ronda com líderes partidários para tentar selar acordo. A promessa de liberação de todo o dinheiro até 2020 visa atrair mais deputados, tendo em vista que esse é o ano das eleições municipais. O governo precisa de 308 dos 513 votos para a aprovação na Câmara da reforma da Previdência, prioridade legislativa de Bolsonaro em 2019.

De acordo com documento obtido pela **Folha**, o repasse será feito direto do ministério de escolha dos parlamentares para o município, e o parlamentar apadrinhará a obra.

Congressistas confirmaram que a alocação dos recursos virá de remanejamento interno da pasta, com a atrelação política ao voto do parlamentar: ou seja, deputados que não votarem pela Previdência não poderão beneficiar as obras de seus municípios. O valor oferecido a líderes partidários que aportarem votos de seus deputados é de R\$ 80 milhões, o dobro a ser apadrinhado por deputados das bancadas.

As negociações ainda não foram feitas com todos os partidos, mas o governo afirma ter intenção de tratar do assunto com todos aqueles que não fazem parte da oposição e poderiam vir a integrar uma eventual base. Segundo deputados, porém, o governo também tem conversado com parlamentares no "varejo", em alguns casos passando por cima de líderes das bancadas. E membros da articulação com o Congresso enviaram cobranças a partidos para que enviassem listas de como as bancadas haviam decidido alocar os recursos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/05/2019

Argentina - Greve geral contra governo Macri esvazia ruas de Buenos Aires

A capital argentina amanheceu como se este 29 de maio fosse um feriado. Devido à greve geral organizada por sindicatos contra o governo de Mauricio Macri, poucos carros transitavam pelas ruas de Buenos Aires, e os serviços de ônibus e metrô estavam paralisados.

O comércio se encontrava parcialmente fechado, devido à dificuldade de os funcionários chegarem ao local de trabalho. Hospitais públicos abriram apenas com a parte de pronto-socorro, e escolas públicas não funcionaram. Quem tentava tirar dinheiro em caixas eletrônicos dava com portas travadas. Num trajeto de bicicleta até o centro, a reportagem também registrou a falta de coleta de lixo. Por volta do meio-dia, montes de sacolas transbordavam das lixeiras.

O fato de o dia ter amanhecido com temperatura por volta dos 10° C parece ter estimulado as pessoas a ficarem em casa. Os aeroportos de Ezeiza e o Aeroparque tiveram a maioria de seus voos cancelada.

Os manifestantes tentaram fechar as principais vias que dão acesso à cidade –com sucesso parcial. A *gendarmeria* (polícia federal) conseguiu derrubar algumas das barreiras e impedir que se formassem novas, atacando grevistas com balas de borracha e gás de pimenta. Não houve registro de feridos.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/05/2019

Projeto sobre saneamento prevê renovação de contratos

Com a possibilidade de a medida provisória (MP) que cria um novo marco regulatório para o setor de saneamento básico perder a validade, o deputado Fernando Monteiro (PP-PE) apresentou um projeto de lei sobre o assunto. O projeto, no entanto, faz algumas alterações na versão aprovada na comissão mista da MP, cujo relator foi o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Monteiro permite que novos contratos entre municípios e companhias estaduais de água e esgoto sejam firmados e que os atuais sejam renovados. O texto de Jereissati impedia isso e substituía esse modelo por contratos de concessão, que exige licitação pública. Com isso, foi desencadeado um movimento de governadores e bancadas estaduais contra a MP –uma das medidas consideradas prioritárias pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 30/05/2019

STF proíbe grávida em local insalubre

O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) derrubou, por 10 votos a 1, um trecho da reforma trabalhista de 2017 que permite que mulheres grávidas e lactantes trabalhem em atividades insalubres em algumas situações. Na prática, o STF proibiu que essas mulheres trabalhem em locais insalubres em qualquer circunstância. A corte julgou nesta quarta-feira (29) uma ADI (ação direta de inconstitucionalidade) ajuizada pela CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) contra trecho da reforma trabalhista que diz que, para a gestante ser afastada de atividades de insalubridade média ou mínima, é preciso “apresentar atestado de saúde emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento”. Para a CNTM, a exigência de apresentar atestado médico violou dispositivos constitucionais sobre a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e a proteção à maternidade, à gestante e ao recém-nascido. Esse foi o primeiro ponto da reforma trabalhista derrubado pelo Supremo.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/05/2019

Pagamento do Seguro-Desemprego somente por crédito em conta começará em janeiro

O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) adiou para 1º de janeiro de 2020 a exigência de que o pagamento do Seguro-Desemprego seja realizado apenas por meio de depósito em conta corrente simplificada ou conta poupança da Caixa Econômica Federal, sem ônus para o trabalhador. O prazo originalmente estabelecido era 1º de julho de 2019. A nova data foi estabelecida na 153ª Reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), realizada na última terça-feira (21), em Brasília. A decisão, publicada no *Diário Oficial da União*, visa a aplicação das melhores práticas aos procedimentos operacionais.

O depósito em conta poupança ou simplificada afasta risco de fraude no recebimento do benefício, principalmente nos casos em que o requerimento do Seguro-Desemprego é realizado totalmente pela internet, ou seja, sem atendimento presencial. Desde já está assegurado que o trabalhador poderá transferir o seu recurso para contas particulares em outros bancos, sem custos.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia vai trabalhar em conjunto com a Caixa para criar mecanismos eficazes na orientação ao trabalhador em relação aos novos procedimentos a serem adotados.

Atualmente, os pagamentos do seguro-desemprego são realizados em três modalidades: Cartão Cidadão, que permite saques até mesmo em caixas eletrônicas e lotéricas; na própria agência, em espécie; e em crédito em conta. Parcela de 55% dos beneficiários já recebe por meio de depósitos em conta poupança ou simplificada.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=7097>